

*Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra  
Francimeire Sales de Souza  
Jonas Marques da Penha  
William Jônatas Vidal Coutinho*

# **Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

*Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra  
Francimeire Sales de Souza  
Jonas Marques da Penha  
William Jônatas Vidal Coutinho*

# ***Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino***



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Luiza Batista

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>Educação em foco [recurso eletrônico] : letramentos e acessibilidade no ensino / Organizadores Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra... [et al.]. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-180-0            DOI 10.22533/at.ed.800201307</p> <p>1. Alfabetização. 2. Aprendizagem. 3. Educação. I. Guerra, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. II. Souza, Francimeire Sales de. III. Penha, Jonas Marques da. IV. Coutinho, William Jônatas Vidal.            CDD 372.4</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## PREFÁCIO

A Educação vem passando por diversas transformações ao longo dos anos e acompanhar esse processo é algo fundamental, pois a evolução do conhecimento precisa estar em constante seguimento. Nessa conjuntura, algumas áreas passaram a ter maior destaque entre elas a tecnologia e a educação inclusiva que aliadas formam uma base necessária para o desenvolvimento educacional do país. Este livro, nos seus 10 capítulos, integra áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, abordando temas referentes à inclusão, acessibilidade e letramentos no ensino. Traz contribuições que envolvem pesquisas na perspectiva dos estudos em Libras, Geografia, Matemática, Pedagogia e áreas afins.

O ousar de educadores em pesquisar e repensar suas práticas para a melhoria da qualidade da educação básica, superior e tecnológica se constitui em conduta exemplar, por reconhecer que práticas inclusivas dependem da ação conjunta e dialógica. Essa ação, surge de uma atitude individual motriz pela diferença. Trazemos em “Educação em Foco” a confirmação que o uso de tecnologias para a acessibilidade educacional direcionada a todos é possível para aquele que se permite repensar suas práticas e modificá-las nas interações sociais que permeiam o âmbito educacional. Destarte, os autores buscam estabelecer pontes entre o conhecimento interdisciplinar e práticas pedagógicas convidando você a uma reflexão crítica que o conduzirá a superação de obstáculos educacionais.

Os autores,

**Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra**  
**Francimeire Sales de Souza**  
**Jonas Marques da Penha**  
**William Jônatas Vidal Coutinho**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
UMA BREVE CONSIDERAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS	
<a href="#">William Jônatas Vidal Coutinho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL	
<a href="#">Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra</a>	
<a href="#">Janaína Aguiar Peixoto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
PERCEPÇÕES DO NAPNE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO NO IFRR/CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	
<a href="#">Francimeire Sales de Souza</a>	
<a href="#">Michele Oliveira da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SIGNWRITING	
<a href="#">William Jônatas Vidal Coutinho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA AO ESTUDANTE SURDO NO CONTEXTO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (FIC) DE PRODUÇÃO DE ROTEIRO E VÍDEO PARA CURTA METRAGEM	
<a href="#">William Jônatas Vidal Coutinho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: LETRAMENTO DIGITAL COMO POTENCIALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
<a href="#">Jonas Marques da Penha</a>	
<a href="#">Larissa Germana Martins de Almeida</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
ENSINO DE GEOGRAFIA: CATEGORIAS DE ANÁLISE E PERCEPÇÕES DO ESPAÇO DE VIVÊNCIA PELOS ALUNOS	
<a href="#">Jonas Marques da Penha</a>	
<a href="#">Josandra Araújo Barreto de Melo</a>	
<a href="#">Rucélia Patricia da Silva Marques</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8002013077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
A CARTOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO ACERCA DO LETRAMENTO CARTOGRÁFICO DISCENTE	
<a href="#">Jonas Marques da Penha</a>	
<a href="#">Alexsandra Cristina Chaves</a>	

DOI 10.22533/at.ed.8002013078

**CAPÍTULO 9 ..... 99**

MATEMÁTICA E SEUS PARADIGMAS: FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS FRENTE AO ENSINO MÉDIO

[Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.8002013079

**CAPÍTULO 10 ..... 106**

O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS E A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

[Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.80020130710

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 111**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 113**

## PERCEPÇÕES DO NAPNE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO NO IFRR/CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

**Francimeire Sales de Souza**  
**Michele Oliveira da Silva**

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência que tem por objetivo geral analisar o processo de implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) como facilitador da inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial sob a ótica de um membro da equipe multidisciplinar. Nesse sentido, o estudo contempla os seguintes objetivos específicos: refletir sobre a atuação do NAPNE no estabelecimento das formas e das condições de acesso promovidas ao público-alvo da educação especial nos cursos técnicos ofertados pela Instituição; levantar as estratégias adotadas pelo CBVZO que visam a permanência dos estudantes para que evite a evasão nos cursos, bem como avaliar se as ações implementadas de acordo com as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial contribuindo com o êxito escolar.

Para tanto é importante inicialmente ponderar que a discussão da Educação Inclusiva no Brasil passa a ter notoriedade a partir da obrigatoriedade de matrícula do público-alvo da modalidade de educação especial<sup>1</sup> na rede regular de ensino por força da mudança nas políticas públicas educacionais motivadas pela Declaração de Salamanca (1994)<sup>2</sup>. A concepção de inclusão apresentada na referida Declaração está pautada no reconhecimento da necessidade e da urgência do provimento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Essa concepção parte do princípio que a escola regular ocupa lugar privilegiado para superação das práticas discriminatórias, por ser um ambiente coletivo que recebe muitos alunos e suas diversidades. Por isso, possui condições capazes de assegurar que aos estudantes o direito fundamental à educação, com a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, com respeito às suas particularidades e diferenças, construindo uma sociedade inclusiva.

Nessa mesma década, o ingresso dos estudantes público alvo da educação especial

1. A educação especial prevista nos arts. 58 a 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, por meio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, visa garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização do seu público-alvo (estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação).

2. A Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha, trata sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais a partir de várias declarações das Nações Unidas que demandou que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

foi impulsionada na Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, é importante refletir com base em Manfredi (2002, p. 75) que a Educação Profissional foi marcada por uma formação para o trabalho como política de Estado no País decorrente da influência da economia e da política para a constituição dos aparelhos escolares, e que ainda muito antes de se configurar como uma modalidade de ensino, na época da transformação do Brasil Colônia para o Brasil Imperial, ocorria numa concepção de aprendizagem compulsória e assistencialista, destinada ao ensino de ofícios em casas de educandos artífices como forma de inclusão de menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade, dentre eles, os órfãos, os abandonados e os desvalidos.

A contextualização da perspectiva de inclusão nessas duas modalidades de ensino no Brasil é necessária para a compreensão dos avanços e desafios que permeiam as discussões do processo de inclusão escolar no contexto de atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) com trajetória centenária na formação de trabalhadores no Brasil. Atualmente a Rede possui 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, com 643 campi presente em todo território nacional. Somente no ano de 2018, a RFEPCT registrou um total de 469.131 matrículas em Educação Profissional nos níveis de formação inicial a pós-graduação, conforme dados extraídos, no mês de julho de 2019, da Plataforma Nilo Peçanha.

O IFRR, segundo Relatório de Gestão do ano de 2018 atendeu a 2.480 estudantes sendo que destes apenas 14 estudantes eram público-alvo da Educação Especial com matrículas distribuídas entre as suas 05 (cinco) unidades, sendo 02 localizadas na Capital (Campus Boa Vista e Campus Boa Vista Zona Oeste) e 03 (três) situadas na Zona Rural (*Campus Avançado do Bonfim*, *Campus Amajari* e *Campus Novo Paraíso*). Na divulgação dos dados não há especificação sobre as características do público-alvo atendido, se possui deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. A presença reduzida de matrícula desse público, demonstra que a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial é um campo que suscita bastante reflexão no que se refere a inclusão escolar, conforme aponta Pinto (2018, p. 18):

A inclusão escolar do sujeito público-alvo da Educação Especial é assim um norte a se buscar. Sua efetivação demanda a criação de leis e normas entre outras, o que percebemos ter avançado na realidade brasileira. Contudo, acreditamos que, no que se refere à consolidação do que se destacam nos referidos documentos, ainda é uma demanda em busca de concretização, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

É nesse cenário que se assenta a relevância do estudo sobre a inclusão do público-alvo da Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica a partir do estudo de caso do processo de implantação do NAPNE do CBVZO/ IFRR, considerando que se trata de um dos Campi mais novos do IFRR, mas que se destaca no atendimento de estudantes deficiência e outros transtornos. Logo, é de suma relevância analisar como o NAPNE

contribui como instrumento de promoção de processos e de práticas escolares voltadas para formação humana e cidadã de sujeitos que respeitem o outro em suas diferenças. Perpassando pela análise da influência das políticas públicas do IFRR que apontem para a acessibilidade e para a mudança de posicionamento, de forma que a educação seja de fato um direito de todos, inclusive dos sujeitos historicamente impedidos de a ela acessarem.

## **METODOLOGIA**

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa natureza qualitativa, com abordagem de caráter descritivo. Nessa perspectiva, Minayo (2013, p.26) refere-se à pesquisa qualitativa a partir da divisão do trabalho científico em três etapas, sendo elas, a fase exploratória; o trabalho de campo; a análise e tratamento do material documental.

Os procedimentos metodológicos a caracterizam como um estudo de caso, tendo como objeto de pesquisa a análise do processo de implantação do NAPNE do CBVZO/IFRR como instrumento de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, considerando que a implantação do NAPNE ocorreu no ano de 2018. Para Lüdke e André (2015, p. 20 - 22), o estudo de caso se desenvolve de maneira natural, com ricos dados descritivos, decorrentes de um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de forma contextualizada e complexa.

O CBVZO iniciou suas atividades no ano de 2014, estando sediado na Zona Oeste da Capital, considerada a localização mais populosa da capital Boa Vista, contando atualmente com 39 bairros, somando uma população de quase 300 mil pessoas, conforme dados do IBGE, 2010. O Campus atualmente oferta vagas desde cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores até a Graduação, dentro do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios. No Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio os Cursos ofertados são Técnico em Comércio e Técnico em Serviços Públicos, atendendo atualmente 301 estudantes, destes 06 com laudo de deficiência.

Dessa forma, o estudo compreendeu a Revisão de Literatura, com base na pesquisa bibliográfica e documental, buscando as contribuições de vários autores e estudos anteriores que trabalham a temática em estudo, a partir de referências teóricas publicadas em livros e revistas científicas especializadas, com um aporte imprescindível da Legislação Educacional Brasileira e nas regulamentações e documentos políticos pedagógicos estabelecidas no âmbito do IFRR que asseguram o atendimento ao público-alvo da educação especial. Marconi e Lakatos (1991. p.183) destaca que a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia a análise acerca de um determinado assunto sob novo enfoque ou abordagem, chegando à conclusão inovadora.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise documental,

considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regulamento Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e de outros documentos diretivos do Instituto Federal de Roraima, no que se refere à efetiva implementação da educação especial no contexto de inclusão no IFRR, considerando a atuação do NAPNE nos aspectos de:

- Acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO: a partir do mapeamento das formas e das condições de acesso promovidas aos estudantes público-alvo da educação especial para ingressar nos cursos ofertados pela Instituição;
- Estratégias de permanência: por meio do levantamento das estratégias adotadas pelo CBVZO que visam a permanência dos estudantes para que não haja evasão nos cursos;
- Êxito escolar: avaliação das ações desenvolvidas de acordo com as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial garantem a aprendizagem e por seguinte o êxito escolar nos períodos cursados.

Nessa perspectiva, Lüdke e André (2015, p. 44 - 52), considera que a análise documental como uma técnica valiosa e pouco explorada na abordagem de dados qualitativos. Afirma que os documentos constituem uma fonte poderosa de onde são retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, pois surgem num determinado e contexto e prestam informações sobre esse mesmo contexto.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentre os estudos que abordam a implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na RFEPC, Lisboa (2017, p.13) discorre sobre sendo dos NAPNEs essa competência. Criados no ano de 2000, por meio do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TECNEP), da extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP), coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Segundo a autora, nos Institutos Federais, a estratégia de implementação da política de AEE compreende que cada unidade da Federação estabeleça um regulamento de NAPNE e que em cada Campi seja instituído um NAPNE para realizar, principalmente o Atendimento Educacional Especializado. A autora chama atenção para algumas dificuldades encontradas na implementação e no funcionamento dos NAPNEs nos Institutos Federais para garantir a oferta do AEE:

Estas dificuldades se caracterizam pela falta de espaço para funcionamento adequado, escassez de recursos para estruturação e funcionamento de salas de recursos multifuncionais, falta de prioridade na efetivação da implementação, ausência de fluxos definidos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas,

As dificuldades apontadas pela autora influenciam diretamente no atendimento ao estudante público-alvo da educação especial (EE) referentes às condições para que as estratégias de acesso, de permanência e de êxito se configurem em favor da inclusão desses estudantes nos cursos de formação profissional ofertados pela RFEPCT. No entanto, tais dificuldades não podem ser consideradas como obstáculos para que as práticas inclusivas deixem de ser adotadas em superação as problemáticas enfrentadas no cotidiano dos NAPNEs.

A esse respeito, Baptista (2011, p. 72) pontua que apesar de reconhecer que ocorreram mudanças importantes no curso das políticas públicas para o acesso do público-alvo da EE nas classes comuns e que as diretrizes adotadas pelos sistemas de ensino têm condições de construir propostas que possam modificar o futuro da educação das pessoas com deficiência no Brasil, reconhece que ainda há um longo percurso a ser percorrido para que sejam observadas para que a educação para todos possa ser concretizada. Indica algumas questões importantes, a exemplo, a identificação dos estudantes que devem ter acesso aos serviços do AEE e a superação dos primeiros anos do ensino fundamental como sendo a etapa escolar prioritária para o atendimento pelas salas de recursos.

Sobre a realização de ações que favorecem as condições de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, Mazzota (2005) afirma que é de suma importância que a oferta do AEE envolva um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos específicos, substituir os serviços educacionais comuns. Além disso, o autor afirma que deve ocorrer investimento na qualificação dos profissionais que atuam nas salas de recursos, bem como nas salas comuns, ações para que haja a participação do estudante, bem como de sua família, e que seja assegurada a utilização de recursos e materiais específicos, para atender as necessidades de todos. Mazzota (2005) esclarece que são necessários outros processos que possibilitem não somente o acesso como forma de ingressar nas classes comuns, mas como meio de acessar inclusive as estratégias que favoreçam as condições de permanência e de êxito dos estudantes no ambiente da escola.

Ao analisarmos os quesitos acesso e permanência, com base Antum (2013, p. 37), percebemos como próprio autor destaca que o acesso é considerado imperativo e legítimo, visto que a educação é assegurada nas políticas públicas como um direito de todos. No entanto, a permanência dos estudantes, assim como as condições de participação são direitos que ainda se encontram no campo da subjetividade, precisando ser priorizadas e trabalhadas de maneira que o estudante tenha suas necessidades atendidas para que haja êxito escolar. Em se tratando do IFRR, tais premissas estão previstas no PDI – horizonte 2019-2023, aparecem nas diretrizes de Responsabilidade Social:

[...] Garantir condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional, por meio de condições estruturais, técnicas e atitudinais adequadas, às pessoas com deficiência ou necessidades específicas; [...]

Oferecer oportunidade de acesso às políticas de assistência estudantil, visando garantir o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica. (IFRR, 2019, p. 31).

O IFRR ao contemplar no seu planejamento estratégico 02 (duas) diretrizes de um total de 08 (oito) constantes em seu PDI afirma seu compromisso com a educação inclusiva na Instituição, ao se comprometer em garantir as condições em diversas formas para que os estudantes com deficiência ou necessidades específicas possam ter acesso e permanência às atividades educacionais e profissionais promovidas inclusive por meio de oportunidades de acesso às políticas de assistência estudantil. O PDI estabelece ainda que NAPNE no IFRR possui a finalidade de:

[...] fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nos 10.098/2000 e 13.146/2015, do Decreto no 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos. (IFRR, 2019, p. 135).

Para o cumprimento de sua finalidade o NAPNE nos Campi conta ainda com suporte do Comitê de Políticas Inclusivas, se configurando como instâncias de promoção da acessibilidade curricular aos estudantes com deficiência ou necessidades específicas matriculados nos cursos técnicos e de superiores ofertados pelo IFRR.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados do estudo sobre a atuação do NAPNE do CBVZO do IFRR como facilitador da inclusão dos estudantes público-alvo da EE estão organizados levando em consideração o processo de implantação e as estratégias adotadas para favorecer as condições de acesso e de permanência visando o êxito escolar, bem como considera ainda os desafios e perspectivas para melhoria dos atendimentos desenvolvidos pelo referido núcleo.

### **Processo de implantação do NAPNE**

No ano de 2018, por meio da Portaria n.º 40, de 11 de maio de 2018, o NAPNE do CBVZO passa a ser constituído por uma equipe multidisciplinar composta por 01 Coordenação, representada por uma docente que obteve formação em Procedimentos Básicos para o AEE pelo Instituto Federal Triângulo Mineiro, 01 pedagoga que atua na Equipe Técnico-Pedagógica do Campus, de 02 interpretes de Libras e 01 Assistente de Alunos. Na ocasião da composição da Comissão, a Direção-Geral do Campus levou em consideração o interesse dos servidores em contribuírem com as ações do NAPNE.

O NAPNE de acordo com o Regulamento do NAPNE do IFRR, aprovado pela Resolução n.º 429 de 6 de fevereiro de 2019 do Conselho Superior, é um grupo de trabalho e estudo permanente, vinculado à Direção de Departamento de Ensino. Possui como público-alvo da educação especial para atendimento por meio de suas ações, as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação, transtornos de aprendizagem e outros casos específicos) e a finalidade de fomentar Políticas Públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações inclusivas de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação.

### Ações desenvolvidas com foco no acesso, na permanência e no êxito escolar

O NAPNE em seus quase 02 (dois) anos de funcionamento desenvolve suas ações com base nas atribuições dispostas no Regulamento do NAPNE do IFRR, cujas ações possuem como premissa desenvolver diretrizes no âmbito da Instituição e assistir o estudante e sua família para que o público-alvo da EE possa não ter apenas as condições de acesso como pontua Mazzota (2005), mas que o Campus possa promover a permanência e o êxito escolar, conforme Quadro 1:

Foco	Ação
Acesso	I. Estabelecer parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante público-alvo em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido; II. Desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas nos programas de inclusão dos Cursos Técnicos, de Tecnologia, de Graduação e Pós-Graduação, respeitando as orientações dos dispositivos legais; III. Oportunizar a comunicação e novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais, visando à aquisição de conhecimentos para a construção de valores sociais; IV. Disseminar a cultura de inclusão no âmbito do IFRR por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, em parceria com instituições públicas e privadas e em consonância com as políticas de inclusão, fomentando a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;
Permanência	V. Promover a interlocução com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização deste público-alvo, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
Acesso, Permanência e Êxito	VI. Contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas; VII. Assessorar na construção e/ou reestruturação de documentos institucionais inerentes a questões relativas à inclusão do público-alvo da educação especial no ensino; VIII. Promover eventos de sensibilização e capacitação nas práticas inclusivas do público-alvo da educação especial em âmbito institucional; IX. Articular os diversos setores da instituição em atividades relativas à inclusão do público-alvo da educação especial, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas.
Êxito	X. Elaborar, em conjunto com os docentes e setor pedagógico dos Campi, programa de atendimento pedagógico especializado e psicossocial aos estudantes com necessidades específicas, bem como auxiliar os docentes a adequarem as suas metodologias conforme o programa definido;

Analisando o Quadro 1, percebe-se que a concentração de 40% das ações com foco no acesso, confirmando as reflexões de Antum (2013) e Baptista (2011) no que se refere a questão das instituições educacionais no Brasil ao buscarem o cumprimento das políticas públicas de inclusão escolar estarem preocupadas com a garantia do acesso. No entanto, vale ressaltar que as demais ações estão distribuídas da seguinte forma: 40% ações que visam conjuntamente o acesso, a permanência e êxito, e 10% respectivamente, visam em separado a permanência e o êxito escolar.

Ainda na análise do Quadro 1, percebe-se que a concentração de 40% das ações tem foco no acesso. Esse dado confirma as reflexões de Antum (2013) e Baptista (2011) ao afirmarem que o cumprimento das políticas públicas de inclusão escolar pelas instituições educacionais no Brasil está relacionado com a garantia do acesso do estudante. No entanto, vale ressaltar que as demais ações estão distribuídas da seguinte forma: 40% ações que visam conjuntamente o acesso, a permanência e êxito, e 10% respectivamente, visam a permanência e o êxito escolar.

No que se refere as ações desenvolvidas desde o período de implantação, observa-se que o NAPNE concentra suas atividades na sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de palestras e ações educativas que promovam a cultura inclusiva no ambiente escolar e nos atendimentos voltados ao assessoramento pedagógico e psicossocial ao público-alvo atendido pelos Campus e que as ações de articulação escola-família necessitam ser fortalecidas.

Dentre os casos de atendimentos já realizados e em acompanhamento de estudantes com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais atendidas pelo NAPNE estão deficiência física, deficiência visual (baixa visão), deficiência auditiva, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dificuldades de aprendizagem em decorrência a tratamentos psiquiátricos. Uma das grandes dificuldades do NAPNE no atendimento aos estudantes é falta de laudos para muitos dos casos observados ou encaminhados para atendimento e ainda, dificuldade de diagnóstico pelos serviços públicos de saúde. Sabe-se que a falta de diagnóstico não pode ser empecilho para que o aluno receba o apoio (BRASIL, 2014), mas quando ele existe, orienta de uma forma mais específica, as ações e intervenções dos profissionais.

Ainda citando as dificuldades encontradas em concordância com Lisboa (2017), o NAPNE apresenta ainda a falta de ambiente físico, pois o Campus possui estrutura física limitada, logo não há um espaço físico adequado para estruturação de sala de recursos multifuncionais ou até mesmo para atendimento ao estudante visando o suporte necessário a ser desenvolvido pelo núcleo no desenvolvimento do plano de atendimento educacional especializado.

Em termos de perspectivas, a equipe do NAPNE vem buscando junto a Gestão do IFRR a contratação de um professor para o AEE como estratégia a longo prazo em função das limitações institucionais no bojo das políticas públicas nacionais, e a curto prazo, o desenvolvimento do trabalho do AEE com o suporte de estagiários da Licenciatura de Pedagogia. Também, espera-se que haja maior integração de outros profissionais tão importantes para a equipe multiprofissional, dentre eles, o profissional de psicologia, do serviço social e da enfermagem.

## REFERÊNCIAS

- ANTUM, Raquel P. (2013). A Dialética Inclusão/Exclusão na Escola do novo milênio. IN: \_\_\_\_ MANTOAN, Tereza E. Para uma escola do século XX. Campinas, SP: UNICAMP, P. 34 - 46.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 21 mar. 2020.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. **Resolução n.º 429/Conselho Superior, de 6 de fevereiro de 2019**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento Às Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Roraima.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. **Portaria n.º 40 - DG, de 11 de maio de 2018**. Designa servidores para composição da equipe multifuncional do NAPNE do Campus Boa Vista Zona Oeste.
- IFRR. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI**. Roraima, 2019. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023/dpi-geral/pdi-2019-2023> Acesso: 20 de mar. de 2020.
- LISBOA, Rosélia Rodrigues dos Santos. **Estratégias de implementação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas nos institutos federais brasileiros**. 2017. 117 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2017.
- LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. – Petrópolis: Vozes, 2013.
- PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Situação de Matrículas Ano base 2018**. Brasília: PNP, 2019. Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018/>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- PINTO, Ana Cristina Cruz. A Educação Especial no Ensino Superior: Uma Análise do Contexto Político da Educação Especial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. 2018. 220p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994)**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>  
Acesso: 08 fev. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 2, 18, 23, 31, 32, 36, 39, 53, 54, 56, 109, 110, 113

Aspectos Linguísticos 44, 45, 46, 47, 50, 51, 55

Atendimento Educacional Especializado 37, 42, 45, 51, 54

### C

Cartografia 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99

Categorias de Análises Geográficas 74, 75, 82, 86

Cibercultura 60, 61, 66, 70

Comunicação 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 23, 40, 44, 55, 58, 60, 67, 70, 72, 113

Contemporaneidade 6, 11, 20, 65, 71, 89

Cotidiano 5, 9, 12, 38, 66, 74, 76, 77, 86, 87, 89, 95, 98, 102, 104, 108, 112

Culturas Surdas 1, 19, 51

Curta Metragem 53

### E

Educação de Jovens e Adultos 71, 74, 75, 77, 88

Educação de Surdos 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 33, 45, 51, 55, 56, 59, 108, 109, 110

Educação Inclusiva 34, 35, 38, 39, 59, 108, 114

Educação Profissional e Tecnológica 35, 37, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 89, 113

Ensino de Geografia 74, 76, 86, 87, 88, 99

Ensino Médio Integrado 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 72, 89, 93, 97, 98

Escrita de Sinais 21, 45, 48, 49, 50, 51

Espaço de Vivência 74, 86

Estágio Supervisionado 74, 75, 77, 78, 88

### F

Filosofia 12, 16, 108, 109, 110, 112, 113

Fonética 51

Fonologia 21, 51

Formação 5, 6, 13, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 45, 47, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 82, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 113

## H

História Antiga 3, 4, 5

História dos Surdos 2, 3, 11

História Moderna 4, 7

## I

Identidades Surdas 1, 11, 18, 51, 58

Inclusão 9, 18, 21, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 53, 54, 56, 58, 59, 61, 63, 66, 109, 110

Informação 20, 22, 23, 50, 60, 61, 62, 65, 67, 69, 70, 71

Intérprete 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 33, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 111, 113

Intervenção Pedagógica 53, 99, 101

## L

Letramento 10, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 89, 90, 92, 94, 97, 98

Letramento Cartográfico 89, 90, 92, 94, 97, 98

Letramento Digital 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Letras Libras 30, 31, 113

Libras 6, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 109, 110, 111, 113, 114

Língua de Sinais 2, 6, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 47, 48, 49, 51, 55, 57, 58, 59, 110, 112

Linguagem 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 51, 66, 89, 90, 93, 98, 99, 108, 109, 110, 112

## M

Matemática 91, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Medieval 7, 8

## O

Ouvintes 1, 6, 10, 12, 23, 55, 56, 57, 58, 110

## P

Políticas Públicas 32, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 108, 112

Práticas Pedagógicas 16, 54, 60, 68, 71, 104, 112

## R

Representações Cartográficas 89

Revisão Sistemática de Literatura 61, 62, 63, 66, 72

Roteiro e Vídeo 53, 54, 55, 56, 57

## S

SignWriting 44, 46, 47, 48, 50, 51

Surdos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 45, 46, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 67, 69, 72, 108, 109, 110, 111, 112

## T

Tecnologias Digitais 60, 61, 68, 70

Teletandem 68

Tradutor 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 33, 51, 56, 59, 111, 113

Tradutor Intérprete 56, 113

Twitteratura 65, 67, 72

## V

Vídeo 46, 47, 53, 54, 55, 56, 57

# ***Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino***

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 Atena  
Editora

**Ano 2020**

# ***Educação em Foco: Letramentos e Acessibilidade no Ensino***

 [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)

 [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)

 @arenaeditora

 [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

 Atena  
Editora

**Ano 2020**